

## **FUNGETUR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA TRANSFERÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA NO TURISMO**

Carolina Poltronieri Bassani, Bruno Martins Augusto Gomes, Margarete Araujo Teles

Mestranda em Turismo pelo PPGTUR da Universidade Federal do Paraná, com ênfase em Legislação aplicada ao Turismo. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Curitiba, possui interesse em pesquisa interdisciplinar entre direito e turismo com abordagem aplicada ao Direito Público. Atualmente é advogada associada do escritório Lopes & Gobbato de Carvalho Advogados Associados, em Campo Largo - PR e integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB Campo Largo - PR.

**FUNGETUR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA TRANSFERÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA NO TURISMO** O processo de descentralização promovido pelo texto constitucional que buscou dar maior grau de autonomia aos entes federados influenciou no crescimento da transferência de políticas públicas do âmbito nacional para o local (Carneiro e Brasil, 2010). Confrontados com a necessidade de buscarem seus próprios meios de arrecadação, os estados e municípios implementaram políticas de fundos públicos através do processo vertical de transferência da política pública. Essa necessidade, aliada a existência do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) desde a década de 1970, constituíram possíveis motivadores para a transferência da política de fundos de turismo. O trabalho analisa a transferência do FUNGETUR ao âmbito local, tendo como exemplo as leis que criaram os fundos nos municípios de Belo Horizonte - MG, Belém - PA e Campinas - SP, com base nos critérios da origem da receita ou fontes de arrecadação e responsabilidade pela gestão dos recursos. Foi possível constatar, através da análise documental das leis que criaram os fundos municipais que a transferência da política pública em nível vertical não foi eficaz em primeiro momento pela falta de fontes regulares de arrecadação, não havendo meios coercitivos de contribuição que possibilitem uma angariação regular de recursos, restando a arrecadação prejudicada. Com relação a gestão, não há diretrizes e planos de ação consolidados por uma política municipal nos municípios de Belém e Campinas, o que possivelmente acarreta a dispersão dos recursos angariados pelos fundo a outras áreas de investimento, como infraestrutura urbana e proteção ambiental, deixando os eventuais projetos e prioridades do turismo local desprovidos de recursos próprios. Palavras-chaves: Políticas públicas, transferência, FUNGETUR, fundos públicos.

Palavras-chave: Políticas públicas, transferência, FUNGETUR, fundos públicos

Referências: Bernardo, G. (2015) Mercosul Educacional: Relação dos Acordos e Decisões entre as Partes e a Política Pública Brasileira para o Ensino Superior. Dissertação de Mestrado apresentada da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Carneiro R. Brasil, F. P. D. (2010). Descentralização e Financiamento dos Municípios no Brasil Contemporâneo. Revista Administração Pública. FACES Journal Belo Horizonte. Vol. 9, n. 2, pp. 87-104, abr./jun. David Benson and Andrew Jordan. (2011) What Have We Learned from Policy Transfer Research? Dolowitz and Marsh Revisited. Political Studies Review. Vol. 9, pp. 366-378. Decreto-lei n. 1.191, de 27 de outubro de 1971 (1971). Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 06 de junho de 2017 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De11191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11191.htm). Decreto-lei n. 1.439, de 30 de dezembro de 1975 (1975). Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e outros estímulos à atividade turística nacional, altera disposições dos Decretos-leis nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974 e 1.338, de 28 de julho de 1974, e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 06 de junho de 2017 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De11439.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11439.htm). DIAS, Reinaldo. (2003). Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas. Dolowitz, D.; Marsh, D. (2000). Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. In. Dolowitz, D.; Marsh, D. (1996). Who Learns What from Whom? A Review of the Policy Transfer Literature. Political Studies. Vol. 44, pp. 343-357. Dye, T.R. (1984). Policy Analysis: what governments do, why they do it, and what difference it makes. Tuscaloosa: University of Alabama Press. Galdino, L. C. F.; Costa, M. L. (2011). Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica Vol. VI, nº4, Rio de Janeiro. Gomes, B. M. A., Teles, M. A., Nitsche, L. B. (2016) Governança nas políticas públicas de turismo: desafios a partir da região Rotas do Pinhão, Brasil. Revista Espacios. Vol. 37 (nº 16). Hall, C. R. (2001). Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto. Lei n. 10.823, de 29 de junho de 2015 (2015). Dispõe sobre a Política Municipal de Turismo, institui o Fundo Municipal de Turismo - Fumtur - e dá outras providências. Belo Horizonte, MG. Recuperado em 06 de junho de 2017 de <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2015/1082/10823/lei-ordinaria-n-10823-2015-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-turismo-institui-o-fundo-municipal-de-turismo-fumtur-e-da-outras-providencias>. Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008 (2008). Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 06 de junho de 2017 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm). Lei n. 7.738 de 24 de dezembro de 1993 (1993). Cria o Fundo de Apoio ao Turismo e dá outras providências. Campinas, SP. Recuperado em 06 de junho de 2017 de <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/1993/773/7738/lei-ordinaria-n-7738-1993-cria-o-fundo-de-apoio-ao-turismo-e-da-outras-providencias>. Lei n. 8.815, de 04 de maio de 2011 (2011). Institui o Fundo Municipal de Turismo - Fumtur, e dá outras providências. Belém, PA. Recuperado em 06 de junho de 2017 de

<https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2011/882/8815/lei-ordinaria-n-8815-2011-institui-o-fundo-municipal-de-turismo-o-fumtur-e-da-outras-providencias>. Oliveira, C. T. F. Zouain, D. M. Barbosa, L. G. M. (2015). Políticas Públicas de Turismo em Brasil: una evaluación en 65 municipios. Estudios y perspectivas en turismo. Vol. 24, pp 76- 95. Portaria n. 75 de 20 de maio de 2015 (2015). Aprova as normas gerais e critérios de aplicação dos recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, em operações de financiamento, e dá outras providências. Ministério do Turismo. Brasília, DF. Recuperado em 06 de junho de 2017 de <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=1025>. Santos, J. M. M. (2014). Turismo: uma nova política na União Europeia. Contributos para a sua integração na política de coesão 2014-2020. Revista de Estudos Sociais. Vol. 16, pp.117-118. Velasco, M. (2016) Tourism Policy. Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance.